



VASE
& PACHECO
ASSOCIADOS

GUIA EDUCATIVO · DIREITO TRIBUTÁRIO

Recuperação de créditos tributários

Como organizar a apuração de pagamentos indevidos ou a maior, com documentação e controle.

Edição setembro de 2026 · Leitura gratuita

01

Crédito possível não é dinheiro disponível

Uma revisão tributária começa com uma pergunta verificável: houve pagamento de tributo que não era devido ou que excedeu o valor correto? O resultado não deve ser presumido a partir do faturamento da empresa ou de uma promessa de economia. Cada hipótese precisa ser ligada a documentos e a uma base jurídica.

O Código Tributário Nacional trata da restituição nos artigos 165 e seguintes. O enquadramento depende da origem do recolhimento e das circunstâncias do caso. ^[1] Uma auditoria deve separar erro material, pagamento duplicado, divergência de apuração e discussão jurídica sobre incidência.

Classifique antes de calcular

Indício	Conferência inicial
Pagamento duplicado	Guia, autenticação e período.
Base ou alíquota divergente	Memória de apuração e documentos fiscais.
Crédito de decisão judicial	Conteúdo e situação da decisão.

O guia se concentra na organização da análise e nos cuidados com créditos federais. Tributos estaduais e municipais têm procedimentos próprios. Também não se deve tratar todo saldo contábil credor como crédito tributário utilizável.

Defina o escopo por tributo, estabelecimento e período. Essa delimitação permite estimar trabalho, identificar lacunas e evitar que resultados de um regime sejam aplicados indevidamente a outro.

A primeira entrega de uma revisão deve ser uma hipótese documentada, não uma promessa de valor.

02

Monte uma trilha de comprovação

Para cada possível crédito, crie um registro que una a origem do valor, a forma de cálculo e o documento que comprova o recolhimento. Uma planilha isolada não demonstra que a quantia foi paga nem explica por que o pagamento seria indevido.

Documentos para reunir

- Guias e comprovantes de arrecadação.
- Declarações transmitidas e recibos.
- Notas fiscais e registros de escrituração relacionados.
- Memórias de apuração por competência.
- Retificações, pedidos e compensações anteriores.
- Decisões judiciais, quando forem a origem do direito.

Mantenha os arquivos originais e registre a versão de cada cálculo. Se uma obrigação acessória precisar ser corrigida, avalie a sequência adequada antes de transmitir o pedido. A contabilidade deve conseguir explicar a diferença entre o valor declarado, o recolhido e o agora apurado.

Exemplo de controle interno

Um lançamento pode registrar: tributo, competência, data do pagamento, valor recolhido, valor revisto, diferença, documento de suporte, fundamento, responsável e situação da revisão. Acrescente um campo para indicar se a mesma parcela já foi utilizada em outro procedimento.

Escolha um responsável por consolidar informações da área fiscal, financeira e jurídica. A revisão por outra pessoa ajuda a identificar duplicidades e fórmulas incorretas antes da transmissão.

Cada linha do cálculo deve permitir chegar ao documento que a sustenta.

03

Restituição e compensação têm efeitos diferentes

Na restituição, busca-se receber o valor reconhecido. Na compensação, utiliza-se um crédito elegível para extinguir débitos permitidos pelas regras aplicáveis. Não confunda a expectativa de entrada em caixa com o aproveitamento para pagamento de tributos.

O roteiro da Receita Federal para pagamento indevido ou a maior em DARF orienta pessoas jurídicas sobre o PER/DCOMP Web. Ele prevê a escolha do tipo de documento, a identificação do pagamento e o detalhamento do crédito. A orientação geral do roteiro é de prazo de cinco anos contado da arrecadação para solicitar esse crédito. [\[2\]](#)

Exemplo didático, sem atualização

Imagine uma apuração correta de R\$ 8.000 e um recolhimento comprovado de R\$ 10.000. A diferença inicial a investigar é de R\$ 2.000. Esse cálculo aritmético não confirma a elegibilidade, o procedimento nem a inexistência de uso anterior.

Antes da transmissão	O que confirmar
Origem	Qual pagamento produziu a diferença?
Saldo	Alguma parte já foi aproveitada?
Destino	Restituição ou débito elegível?
Prazo	Qual regra e marco se aplicam?

Não extrapole o roteiro de DARF para qualquer tributo ou regime. Verifique o canal próprio, inclusive quando houver regras específicas do Simples Nacional ou de outros entes.

Valor estimado, valor solicitado e valor reconhecido devem aparecer separadamente no controle.

04

Quando o crédito nasce de uma ação judicial

Um crédito discutido em juízo exige leitura do título judicial: quem está abrangido, quais tributos e períodos foram alcançados e quais limitações foram fixadas. Uma decisão favorável a outra empresa não substitui a análise da situação do próprio contribuinte.

O artigo 170-A do CTN impede compensar tributo objeto de contestação judicial antes do trânsito em julgado. [1] Para créditos federais dessa origem, a Receita prevê habilitação prévia e regras próprias para a declaração de compensação. [3]

Separe três verificações

1. **Direito:** o que a decisão efetivamente reconheceu?
2. **Valor:** quais pagamentos e critérios sustentam o cálculo?
3. **Procedimento:** quais requisitos autorizam o aproveitamento?

A organização dessas etapas evita a ideia de que a vitória processual libera imediatamente qualquer valor indicado em planilha. Monte um histórico do processo e registre a situação de cada providência administrativa.

O serviço oficial de habilitação informa a documentação e as etapas do pedido. [4] A equipe deve acompanhar intimações, comunicações eletrônicas e decisões, além de controlar o saldo após cada utilização.

Não transforme uma previsão de recuperação em compromisso de caixa antes da avaliação dos requisitos, dos prazos e dos riscos envolvidos.

Reconhecer o direito, calcular o crédito e utilizá-lo são etapas distintas.

05

Roteiro de execução e controle

Um trabalho bem organizado precisa produzir registros que possam ser revisados no futuro. Guarde a versão final da apuração junto dos comprovantes e dos recibos de transmissão. Registre também o que foi excluído e por quê.

- Defini tributo, período e estabelecimento.
- Localizei guias, declarações e escrituração.
- Expliquei a origem jurídica e contábil da diferença.
- Revisei fórmulas, duplicidades e utilizações anteriores.
- Conferi prazo e procedimento com o responsável técnico.
- Separei estimativa, solicitação e reconhecimento.
- Designei quem acompanhará comunicações e saldo.

Como avaliar uma proposta de recuperação

Peça a descrição do método, das entregas, dos honorários e das responsabilidades. Questiono o fundamento de valores estimados e como serão tratados documentos faltantes, retificações e eventual não reconhecimento do crédito. Resultados garantidos sem exame da documentação merecem cautela.

Rotina depois do protocolo

Registre o número do pedido, a data, os tributos envolvidos e o responsável. Mantenha uma agenda de acompanhamento e uma conciliação do saldo. O protocolo comprova a apresentação; não deve ser apresentado como confirmação de que todo o valor foi aprovado.

Este material é educativo. A apuração e a utilização exigem análise das regras específicas do tributo, do regime e do caso.

Controle o crédito até o encerramento do procedimento, não apenas até o envio.



Continue a leitura com as fontes oficiais.

Desenvolvido a partir do tema “Recuperação de créditos tributários pagos indevidamente”, já apresentado no portal.

Conteúdo educativo preparado para o portal. Exemplos e checklists são orientações de organização; não substituem a avaliação do caso concreto. Fontes consultadas em 23/09/2026.

1. [Código Tributário Nacional — arts. 165, 168 e 170-A](#)
www.planalto.gov.br
2. [Receita Federal — PER/DCOMP Web: pagamento indevido ou a maior](#)
www.gov.br
3. [Receita Federal — crédito judicial: conceito e prazos](#)
www.gov.br
4. [Receita Federal — serviço de habilitação de crédito judicial](#)
www.gov.br

Neste guia

1. [Crédito possível não é dinheiro disponível](#)
2. [Monte uma trilha de comprovação](#)
3. [Restituição e compensação têm efeitos diferentes](#)
4. [Quando o crédito nasce de uma ação judicial](#)
5. [Roteiro de execução e controle](#)

Acesse outros materiais em vaseepacheco.com.br/artigos.html.

Para conversar sobre uma situação concreta, use os [canais de atendimento](#).